

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº ,DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre a contratação de vigilância armada 24 horas nas agências bancárias públicas e privadas e nas cooperativas de crédito do município de Eldorado do sul

Origem: Poder Legislativo

Gabinete do Vereador Rogério Goetz Munhoz

Senhor Presidente, cumprindo o que determina o Art. 160 e 161 do Regimento interno desta Casa Legislativa, venho apresentar projeto de lei, para apreciação deste plenário e posterior encaminhamento ao executivo para sanção e promulgação da seguinte:

LEI

Art. 1º Ficam as Agências Bancárias Públicas e Privadas e as Cooperativas de Crédito do Município de Eldorado do sul obrigadas a contratar vigilância armada, diuturnamente, perfazendo as 24 horas do dia, inclusive aos finais de semana e feriados.

§ 1º Os vigilantes de que trata o caput deste artigo, deverão permanecer no interior da instituição bancária, em local seguro para que possam se proteger em função de sinistro, num período de 24 horas, de posse do botão de pânico e terminal telefônico para possível acionamento rápido policial.

§ 2º O botão de pânico citado no § 1º deverá bipar a Sala de Operações da Brigada Militar, além do vigilante dispor de um dispositivo para acionar sirene de alto volume no lado externo da agência bancária, chamando atenção de transeuntes e afastando delinquentes, de forma preventiva a cada acionamento.

Art. 2º Como vigilantes, entenda-se pessoas adequadamente preparadas, com curso de formação para o ofício, devidamente regulamentado pela legislação pertinente.

Art. 3º O descumprimento do disposto na presente Lei acarretará ao estabelecimento infrator multa diária.

Art. 4º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à implementação do disposto nesta Lei, prevendo-se, inclusive, o órgão responsável pelas providências administrativas e de fiscalização.

Art. 5º As Agências bancárias e cooperativas de crédito tem 90(noventa) dias para se adequarem a presente legislação.

Art.6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

ROGERIO GOETZ MUNHOZ
VEREADOR PROPONENTE

Eldorado do Sul, 30 de agosto 2016

JUSTIFICATIVA

O Presente Projeto Da lei, que ora encaminhamos para apreciação desta Casa legislativa, tem por finalidade estabelecer a obrigatoriedade da manutenção de serviço de segurança privada prestados por profissionais dessa área em situação regular de forma ininterrupta durante 24 horas do dia, nas áreas destinadas aos caixas eletrônicos das instituições financeiras/ou de crédito.

Cabe destacar que os roubos a caixas eletrônicos vêm substituindo os assaltos a bancos, devido á desarticulação das grandes quadrilhas de assaltantes, o que ocorre na maioria das vezes a noite quando não á efetivo, portanto faz-se necessário a presente legislação, como forma prevenção

A fragilidade do sistema de segurança bancária, especialmente no que diz respeito á preservação da vida e da saúde, expõe os bancários, seus familiares, clientes e transeuntes das proximidades a risco de morte, traumas, marcas e sequelas, que poderão refletir futuramente sobre a saúde física e mental de quem se torna vítima da violência.

Além disso, o lucro em assaltos a caixas eletrônicos acaba sendo o mesmo dos bancos e o risco na ação é bem menor, para evitar assaltos, os bancos têm evitado ficar com muito dinheiro nas agências

Esse tipo de ataque oferece menos risco para os ladrões , porque eles costumam agir de madrugada ou em feriados e finais de semana, quando o movimento de pessoas é menor.

A segurança dos caixas, que é feita com câmaras e alarmes, se revela muito frágil porque os mesmos são danificados.

Faz-se necessário o estabelecimento de uma política de normas e rotinas de segurança, que valoriza a vida acima de tudo e preconize a execução dos demais serviços de

maneira segura e responsável, respeitando e preservando a integridade física das pessoas, a continuidade operacional e o patrimônio,

Assim, a responsabilidade pela atividade de segurança privada e a consequente elaboração e operação do respectivo plano de segurança recai sobre quem detém poder para estabelecer a política, as normas e as rotinas de segurança,

Rogério Goetz Munhoz

Vereador proponente